



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL  
DEPARTAMENTO DE EXTRATIVISMO  
PROJETOS DEMONSTRATIVOS DOS POVOS INDÍGENAS – PDPI**

**SUBPROGRAMA PROJETOS DEMONSTRATIVOS DOS POVOS INDÍGENAS - PDPI**

## **CHAMADA PDPI**

**CONTRATAÇÃO DA ELABORAÇÃO DE PLANOS DE GESTÃO TERRITORIAL E  
AMBIENTAL (PGTAs) EM TERRAS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA LEGAL**

---

**BRASÍLIA, 30 DE ABRIL DE 2013**

## **CHAMADA PÚBLICA DE PROJETOS PARA ELABORAÇÃO DE PLANOS DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL EM TERRAS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA LEGAL**

### **1. Apresentação**

O Brasil é um país de grande diversidade cultural, onde vivem centenas de povos indígenas e comunidades tradicionais. No território brasileiro vivem atualmente 238 povos indígenas, que falam mais de 180 línguas distintas, somando uma população de cerca de 900.000 pessoas (dados do Censo IBGE 2010). A Constituição de 1988 reconhece aos povos indígenas o direito às terras que tradicionalmente ocupam e, mediante políticas territoriais específicas, vêm demarcando territórios para estes povos na condição jurídica de Terras Indígenas (TIs).

Entretanto, apenas a demarcação física das Terras Indígenas não garante a integridade e a adequação destes territórios para a reprodução física e cultural dos povos que as habitam. Dada a realidade atual de intensificação das pressões externas e internas e do potencial de impactos socioambientais negativos sobre as terras indígenas, é importante que os povos indígenas tenham acesso aos instrumentos de gestão territorial, como os Planos de Gestão Territorial e Ambiental, para que possam enfrentar os crescentes desafios em suas terras.

Diante desta problemática, em 2010, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e organizações dos povos indígenas do Brasil, propuseram, a partir de um processo de discussão e consultas, a minuta de decreto da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). Este processo culminou em 05 de junho de 2012 com a edição do Decreto Presidencial nº 7.747 que estabeleceu a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas. Os Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas (PGTAs) configuram-se como instrumentos fundamentais desta política e, no âmbito do governo federal, o MMA, juntamente com a FUNAI, é responsável por promover e apoiar a elaboração e a implementação destes Planos.

Os PGTAs são instrumentos de planejamento dos povos indígenas sobre seu território. Surgem como resultado de experiências baseadas no diálogo intercultural entre os conhecimentos indígenas e ocidentais sobre a gestão do território, e possuem caráter dinâmico, por estarem sujeitos a revisões periódicas. Visam à proteção do patrimônio material e imaterial indígena, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, assegurando assim a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações. Os Planos de Gestão devem expressar o protagonismo, a autonomia e a autodeterminação indígena na negociação e estabelecimento de acordos internos e externos, que permitam o fortalecimento da proteção e do controle territorial indígena.

Com o objetivo de implementar essa ação no âmbito do MMA, a elaboração dos PGTAs será inicialmente contemplada no escopo dos Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas- PDPI para a região da Amazônia Legal. O PDPI é um Programa do Ministério do Meio Ambiente, executado com apoio da cooperação técnica (GIZ) e financeira (KfW) da Cooperação Internacional, no âmbito do Programa Piloto (ex-PPG7) e em parceria com o Movimento Indígena organizado, através da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB). O Programa tem por objetivos melhorar a qualidade de vida dos povos indígenas da Amazônia brasileira e fortalecer a sustentabilidade econômica, social e cultural, em consonância com a conservação dos recursos naturais de seus territórios.

## 2. Objetivo da Chamada

O programa Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas - PDPI, por intermédio desta Chamada, disponibiliza recursos para o apoio financeiro a projetos de elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) em Terras Indígenas localizadas na Amazônia Legal, na linha temática “Proteção das Terras Indígenas”.

Assim, os projetos podem ser direcionados tanto a terras indígenas que não possuam qualquer iniciativa de gestão ambiental quanto para aquelas em diferentes estágios do processo de elaboração de PGTAs. As Terras Indígenas precisam estar demarcadas ou pelo menos com sua portaria declaratória publicada.

Poderão ser propostos projetos com foco em diferentes etapas de formulação de PGTAs em Terras Indígenas, como diagnósticos socioambientais, etnomapeamentos, atualização de PGTAs já existentes ou a construção de um PGTA como um todo. Ou seja, poderão ser apoiados projetos que estejam direcionados apenas a uma das etapas de construção de um PGTA, levando em conta aspectos como: as informações já acumuladas e sistematizadas, dimensão da Terra Indígena, número de aldeias, vulnerabilidade do território, tempo de execução do projeto. Poderão, portanto ser propostos projetos que objetivem a continuidade da elaboração de PGTAs já iniciados, cujas etapas ainda não tenham sido concluídas.

Recomenda-se que os projetos contemplem também ações de capacitação e formação de colaboradores indígenas, eventualmente denominados agentes ambientais, gestores ambientais, agentes agroflorestais, agentes de manejo, pesquisadores indígenas, etc.. Entende-se que a formação e participação desses agentes indígenas é fundamental tanto para a elaboração como para a implementação dos PGTAs, já que muitas vezes são as pessoas responsáveis também por sua execução e monitoramento.

Também recomenda-se que os projetos contemplem parcerias interinstitucionais e assessoria técnica permanente visando uma melhor execução dos mesmos.

Os projetos poderão englobar uma ou mais Terras Indígenas. Contudo, nesse caso, a proposta deverá ter como produto um PGTA para cada Terra Indígena, respeitando as especificidades e acordos localmente estabelecidos.

As instituições candidatas devem obrigatoriamente comprovar os acordos prévios com a(s) comunidades(s) para execução das atividades e preferencialmente devem possuir experiência de trabalho em projetos socioambientais na(s) terra(s) indígena(s) postulada(s). Todo o processo é necessariamente participativo e as comunidades indígenas devem participar ativamente de todas as fases de execução do projeto, desde o seu planejamento.

De modo a contribuir na elaboração de propostas apresentamos o roteiro para a Elaboração dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (anexo I). Destacamos que este roteiro é apenas uma sugestão e que outras metodologias podem ser propostas na realização dos projetos, desde que mantidos os princípios e pressupostos aí elencados.

As propostas apresentadas serão submetidas previamente a uma avaliação técnica e, depois, submetidas à avaliação final da Comissão Executiva do PDPI, que decidirá quais projetos serão apoiados.

### **3. Recursos**

No âmbito deste edital, será disponibilizado, para os projetos aprovados, um valor aproximado de até R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de Reais).

Este valor pode variar de acordo com o câmbio do Euro, por se tratar de recursos de doação da Cooperação Alemã Internacional para o Desenvolvimento.

O valor máximo a ser solicitado como apoio, excluindo-se a contrapartida, será de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) para cada projeto.

### **4. Prazo para execução dos projetos**

As propostas a serem apoiadas pelo edital deverão ter seu prazo máximo de execução estabelecido em 12 meses.

Passado este período, não serão aceitas prorrogações, independente das justificativas, e os recursos não utilizados deverão ser devolvidos ao PDPI.

Neste sentido, recomenda-se que as atividades sejam cuidadosamente planejadas levando em consideração as rotinas de trabalho, calendários produtivos, festas das comunidades, logística de acesso às terras indígenas contempladas no projeto e outros relevantes no contexto local. Sugere-se ainda que as instituições proponentes tomem os cuidados necessários para evitar o atraso nas prestações de contas que podem inviabilizar novo repasse de recursos e, assim, a conclusão das atividades dos projetos.

### **5. Documentos exigidos para a apresentação de projetos**

As entidades proponentes – indígenas e não indígenas – deverão apresentar, obrigatoriamente, junto com o projeto a ser preenchido no formulário do PDPI (versão Acess ou Word), os seguintes documentos:

- Cópia simples do estatuto e ata de posse da atual diretoria, registradas em cartório;
- Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- Cópia do Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- Declaração da proponente de que a entidade não está inscrita no Cadastro de Inadimplentes – CADIN, do Banco Central, não possui títulos protestados, não está em débito com o INSS e com o FGTS;
- Declaração da proponente assegurando que o representante legal da instituição (presidente ou outro) não está na lista de inadimplentes ou com o CPF protestado no Serasa;
- Documento que comprove a participação da comunidade beneficiária nas discussões e decisões sobre o projeto apresentado. Esse documento pode ser uma Ata ou uma Carta que conte como foi discutido e aprovado o projeto pela comunidade;
- Currículo dos profissionais que irão integrar a equipe técnica do projeto;
- Caso a entidade proponente ou membros da equipe técnica do projeto tenham experiências na elaboração de PGTA's, solicitamos que enviem os documentos que comprovem essas experiências.

As declarações solicitadas podem ser: documentos/cartas devidamente assinadas, certidões emitidas pela Receita Federal e cópias das atas das reuniões com as assinaturas dos presentes, no caso do aceite das comunidades.

Os documentos citados acima precisam ser enviados junto com a proposta de projeto. Não serão aceitos projetos que não tenham enviado a documentação solicitada.

## 6. Encaminhamento das propostas

As propostas deverão ser apresentadas no formulário do PDPI, disponível na internet, site do MMA, Apoio a Projetos, Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas, Modalidades Apoiadas (<http://www.mma.gov.br/apoio-a-projetos/povos-ind%C3%ADgenas/modalidades-apoiadas>).

As propostas, juntamente com a documentação exigida no item 5, poderão ser encaminhadas para o e-mail: [pdpi@mma.gov.br](mailto:pdpi@mma.gov.br) até o dia 14/06/2013.

Alternativamente, a cópia impressa e um cd ou dvd contendo a versão digital das propostas poderão ser remetidas pelo Correio, em envelopes lacrados e com a identificação “CHAMADA PÚBLICA DE PROJETOS PARA ELABORAÇÃO DE PLANOS DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL EM TERRAS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA LEGAL” em local visível, para o Departamento de Extrativismo, no seguinte endereço:

Departamento de Extrativismo - SEDR  
Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas – PDPI  
Ministério do Meio Ambiente  
Esplanada dos Ministérios, Bloco B – 7º Andar, sala 756  
CEP.: 70068-900 – Brasília-DF

A remessa pelos Correios deverá ser feita mediante Registro, devendo o Formulário de Recebimento ser preenchido com o nome e o endereço da instituição proponente, além de apresentar o nome da pessoa responsável pela apresentação do projeto com telefone e fax para contato (com DDD), além do endereço de e-mail, se houver.

É muito importante enviar as informações como telefones e e-mail completas e atualizadas, pois é assim que a equipe do MMA entrará em contato com as instituições proponentes e executoras se o projeto for aprovado. Procure informar mais de um número de telefone e endereço de e-mail, se houver.

Lembrete: não serão aceitas propostas de projetos sem a documentação solicitada no item 5. Cópias simples dos documentos deverão ser enviadas tanto nas versões digitais (enviadas por e-mail) quanto nas versões impressas (enviadas pelos correios).

## 7. Prazos

ATIVIDADES	DATA
Lançamento da Chamada	30/04/2013
Recebimento das Propostas até	14/06/2013
Previsão de Divulgação dos Resultados	28/06/2013

## 8. Disposições gerais

O Caderno Explicativo do PDPI é parte complementar desta Chamada.

Nele, poderão ser encontradas mais informações como: quem pode propor e executar projetos PDPI; quais são as obrigações da instituição proponente e executora; o que pode e o que não pode ser custeado com recursos do projeto, quais os mecanismos de análise e seleção de propostas, dentre outras. Não deixe de ler antes de enviar seu projeto.

Serão inabilitadas propostas que não obedecerem rigorosamente os termos e disposições desta Chamada.

A qualquer tempo esta Chamada poderá ser revogada ou anulada, no todo ou em parte, por motivo de interesse público, sem que isso implique direito à indenização de qualquer natureza.

Informações e esclarecimentos complementares pertinentes a esta seleção de projetos poderão ser obtidos diretamente no PDPI.

Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas – PDPI  
Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável  
Ministério do Meio Ambiente  
Esplanada dos Ministérios, Bloco B – 7o. Andar, sala 756  
CEP 70068-900 Brasília-DF  
Tel.: (61) 2028-1651 ou (61) 2028-1837  
Correio eletrônico: pdpi@mma.gov.br

## **ANEXO I:**

### **ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL EM TERRAS INDÍGENAS (PGTAs)**

#### **I- DEFINIÇÕES**

Para a elaboração dos Planos de Gestão, compreende-se por:

**GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DE TERRAS INDÍGENAS:** o exercício do domínio político dos povos indígenas sobre seu território, ou seja, do espaço ocupado, usado e ou apropriado física e/ou simbolicamente com todos os elementos materiais e imateriais nele situados. Engloba os saberes tradicionais e as práticas indígenas de apropriação e uso dos recursos naturais, da biodiversidade e de outros elementos, bem como os mecanismos, processos e instâncias próprias de decisão;

**PLANO DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DE TERRAS INDÍGENAS (PGTA):** instrumento de planejamento intercultural, de caráter dinâmico que visa a proteção do patrimônio material e imaterial indígena, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, assegurando a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações. Os Planos de Gestão, tanto na fase de elaboração quanto na execução e revisões regulares devem expressar o protagonismo, a autonomia e a autodeterminação na negociação e estabelecimento de acordos internos e externos que permitam o fortalecimento da proteção e do controle territorial indígena.

**DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO:** levantamento e análise de informações dos territórios indígenas a partir do diálogo intercultural, considerando o contexto histórico, político, sociocultural, econômico e ambiental para subsidiar a construção dos PGTAs.

**ETNOMAPEAMENTO:** ferramenta de diagnóstico participativo que consiste nas formas de representação espacial do território de acordo com a classificação indígena do espaço e de seus elementos característicos.

**ETNOZONEAMENTO:** ferramenta de ordenamento e planejamento indígena a partir de suas categorias de classificação e uso do território, considerando as prioridades de cada povo.

## **II-PRINCÍPIOS**

O trabalho deverá estar orientado pelos seguintes princípios:

**Protagonismo Indígena** – o Plano de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas é um instrumento feito pelos e para os indígenas, segundo suas aspirações e visões de futuro, com apoio do Estado e parceiros da sociedade civil;

**Legalidade** – o Plano de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas se dá no âmbito do ordenamento jurídico nacional, seguindo e respeitando as normas vigentes, consideradas as especificidades indígenas.

**Sustentabilidade** – o Plano de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas visa a sustentabilidade dos povos e das Terras Indígenas, considerando as dimensões socioculturais, econômicas, políticas e ambientais, no sentido de atender as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades.

**Estabelecimento de acordos/pactos** – o estabelecimento de acordos possibilita que os planos sejam potencializados como ferramentas de diálogo interno e externo, além de contribuir para as políticas públicas e demais serviços voltados aos povos indígenas.

## **III- DIRETRIZES**

A elaboração dos Planos de Gestão deve considerar as seguintes diretrizes:

- a) Os processos de gestão territorial acontecem em ciclos, sendo que cada ciclo contém distintas etapas com funções específicas;
- b) Os instrumentos de gestão territorial devem ser escolhidos de acordo com a etapa no qual se encontra o processo, sendo elas: a) mobilização e diagnóstico, b) planejamento, c) execução, d) monitoria e avaliação;
- c) As formas próprias de proteção e gestão territorial dos povos indígenas devem servir como ponto de partida para a construção das metas dos planos de gestão;
- d) O plano de gestão, bem como possíveis acordos/pactos de proteção e sustentabilidade territorial, deve ser fruto de negociação contemplando a participação efetiva e adequada às especificidades locais de todas as aldeias e grupos étnicos da Terra Indígena, devendo ser revisados regularmente por todas as partes envolvidas;
- e) O plano de gestão não deve ser um instrumento voltado à proibição e sanção de práticas consideradas inadequadas pelas partes envolvidas, mas propiciar ações e iniciativas próprias sustentáveis;
- f) O processo de negociação interna no âmbito dos planos de gestão deve ser responsabilidade das entidades de governança indígenas locais e poderá contar com apoio das instituições públicas quando solicitado;
- g) Durante o processo de construção dos planos de gestão deve-se negociar as formas de participação de cada parte envolvida na execução das ações propostas, considerando-se o protagonismo indígena.

#### **IV – EQUIPE SUGERIDA**

Para a construção do PGTA, é recomendável a constituição de uma equipe multidisciplinar e intercultural, de preferência coordenada por profissional da área de antropologia ou de ciências humanas com experiência com povos indígenas. A composição e experiência dos membros da equipe serão levadas em consideração como critério de avaliação e seleção dos projetos. Sugere-se que a equipe seja composta por pelo menos:

- um profissional nas áreas de antropologia ou de ciências humanas com experiência junto aos povos indígenas e/ou populações tradicionais, de preferência com os povos beneficiários do projeto para a função de coordenação;
- um profissional com experiência na área ambiental, em etnociências, manejo, uso e conservação de recursos naturais com experiência junto aos povos indígenas e/ou populações tradicionais;
- um profissional com domínio em técnicas e ferramentas de geoprocessamento (Obs: caso algum dos demais profissionais também domine técnicas e ferramentas de geoprocessamento não será necessária a contratação de pessoa com este perfil específico);
- no mínimo dois pesquisadores indígenas.

#### **V- ETAPAS**

O processo de reflexão, negociação e estabelecimento de acordos para a elaboração dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas pode ser norteado, quando couber, pelas etapas de mobilização, diagnóstico, planejamento e ações de implementação conforme especificado abaixo.

Importante lembrar que as etapas descritas abaixo refletem, de forma bastante geral, procedimentos usualmente adotados para a elaboração de PGTA's, mas cada instituição proponente de projetos pode adotar metodologia própria que mais se adeque às especificidades locais e à organização socioambiental e política dos povos com que irá trabalhar. Assim, a metodologia de trabalho aqui descrita, os produtos esperados e o perfil da equipe de trabalho são sugestões, que devem ser consideradas e sempre que possível adaptadas de acordo com a realidade local de cada projeto.

##### **Etapas 1: Sensibilização e Mobilização**

Esta etapa consiste na realização de reuniões preparatórias da equipe, levantamento e organização de documentos, mapas, diagnósticos, estudos e outros materiais já existentes sobre a Terra Indígena, que servirão de referência para as etapas posteriores.

Também abrange o levantamento preliminar dos atores envolvidos em ações e projetos na TI, das instituições a serem convidadas a participar do processo de construção do plano de gestão e das lideranças locais.

Esta é uma fase de nivelamento de conceitos, de planejamento das atividades, divisão de responsabilidades e tarefas, além de ser o momento de refinar a metodologia e o plano de trabalho propostos no projeto, além de serem tomadas decisões quanto aos métodos, ferramentas e instrumentos a serem utilizados.

##### **Etapas 2: Diagnóstico**

Esta etapa consiste no levantamento em campo da situação atual da Terra Indígena usando como método preferencial o mapeamento cartográfico. É recomendável que todas as aldeias e comunidades da TI sejam envolvidas neste trabalho e vejam suas realidades refletidas no produto



final.

O diagnóstico participativo prevê o levantamento e análise de informações dos territórios indígenas a partir do diálogo intercultural, considerando o contexto histórico, político, sociocultural, econômico e ambiental. Deve ser feito conjuntamente por representantes indígenas, governamentais e/ou não-governamentais, podendo-se utilizar como metodologias as pesquisas colaborativas, reuniões ou oficinas, entrevistas, questionários, conversas dirigidas ou outras.

Durante o levantamento e a pesquisa de campo relacionados a etapa de diagnóstico é interessante que os seguintes pontos sejam contemplados:

- Contexto sociocultural e histórico da TI;
- Atualização de dados demográficos;
- Situação fundiária e infraestrutura disponível e necessária;
- Situação atual de saúde, educação e de projetos e políticas públicas na área;
- Levantamento dos projetos de etnodesenvolvimento finalizados ou em curso na(s) terra(s) indígena(s);
- Formas de organização e representação sóciopolítico indígenas;
- Levantamento da rede de instituições, atores e parceiros já estabelecidos e potenciais que atuam na área, detalhando os projetos e ações existentes e planejados para a TI;
- Elaboração de mapeamento (representação gráfica) com caracterização das formas de uso e ocupação do território de acordo com as categorias indígenas de classificação do ambiente e das paisagens. Deve-se considerar os espaços associados à habitação, economia, cosmologia e outras áreas de importância cultural.
- Dados sobre uso dos recursos naturais, atividades produtivas e alternativas econômicas. Deve-se considerar a oferta e escassez de recursos, a intensidade e temporalidade no manejo e uso de recursos naturais, os calendários agrícolas, as questões de gênero e outros aspectos considerados relevantes no contexto local;
- Caracterização do entorno e descrição das relações com as populações que nele habitam;
- Levantamento, mapeamento e caracterização de impactos, passivos, ameaças e conflitos socioambientais na TI e no entorno;
- Caracterização dos usos das áreas;
- Avaliação participativa de oportunidades e potencialidades locais, bem como dos principais problemas atuais e ameaças à integridade e à sustentabilidade do território e do modo de vida indígenas.

### **Etapa 2.1: Etnomapeamento**

O trabalho de etnomapeamento também pode ser desenvolvido por meio de diferentes metodologias como entrevistas, reuniões, incursões pelo território e oficinas de trabalho, devendo integrar saberes indígenas e ocidentais na construção de mapas temáticos que possam contribuir para as etapas seguintes. Os mapas devem abordar questões como: uso e ocupação do solo e dos demais recursos naturais (moradia, caça, pesca, lugares sagrados, etc), conflitos socioambientais, história e projeto de futuro, dentre outros.

É importante que os mapas sejam construídos de forma conjunta e validados pelos indígenas, que abarquem informações de todas as comunidades envolvidas no processo de construção do PGTA e, principalmente, que todos os documentos, materiais e produtos fiquem com os próprios indígenas depois de finalizada esta etapa.

### **Etapas 3: Elaboração do Relatório do PGTA**

As atividades desta etapa consistem na elaboração do documento final contendo o Plano de Gestão Ambiental e Territorial propriamente dito. Sendo resultado do contexto interétnico, o PGTA deve refletir o contexto e a cultura locais, os usos e ordenamentos inerentes aos povos indígenas e o diálogo com a cultura “dos brancos”. Um dos instrumentos que pode ser utilizado nesta etapa é o etnozoneamento, ferramenta de ordenamento e planejamento indígena a partir de suas categorias de classificação e uso do território, segundo as especificidades e prioridades de cada povo.

Novamente, diferentes metodologias podem ser utilizadas para garantir a participação durante as discussões realizadas nas reuniões de trabalho, o registro e a sistematização das informações.

As seguintes atividades costumam fazer parte do processo de elaboração do Plano de Gestão Ambiental e Territorial da TI:

- Apresentação e revisão dos materiais sistematizados no diagnóstico;
- Reuniões e debates sobre aspectos gerais da gestão ambiental e territorial da TI;
- Priorização e definição das linhas temáticas e/ou seções a serem inseridas neste PGTA específico;
- Construção dos acordos, definição dos itens que devem ou não ser inseridos no PGTA de acordo com a existência de consensos ou dissensos;
- Elaboração de estratégias de monitoria, acompanhamento e execução do PGTA e disseminação das ações acordadas nas comunidades;
- Estratégias de formação e fortalecimento dos agentes de gestão ou gestores ambientais indígenas;
- Estabelecimento de metas, prazos (curto, médio e longo prazo) e responsabilidades entre os indígenas e atores externos (governo e outros);
- Definição do tempo de validade e da periodicidade de revisão do PGTA;
- Definição da equipe responsável pela elaboração e edição do documento final;
- Elaboração do texto do PGTA, validação e revisão;
- Elaboração da redação final e diagramação do documento final;
- Divulgação e distribuição do PGTA.

### **VI – PRODUTOS ESPERADOS**

Como produto final, o PGTA pode ser apresentado em formato de relatório ou publicação. Também podem ser criados outros produtos a partir do PGTA, em outras linguagens ou formatos (áudio, vídeo, cartilha, folder, etc).

Espera-se que o Plano de Gestão Ambiental e Territorial de cada Terra Indígena contenha, pelo menos:

1. Descrição da metodologia de trabalho utilizada em todas as etapas de construção do PGTA (como foi elaborado o PGTA). Nessa descrição deve estar explícita a participação e o protagonismo indígena em todas as etapas de execução das atividades;<sup>1</sup>
2. Relatório do diagnóstico participativo, contendo o resultado das oficinas, entrevistas, fotos, mapas e outros produtos gerados;
3. Descrição sucinta da história do povo indígena, características da Terra Indígena e entorno,

---

<sup>1</sup> No caso de propostas direcionadas a uma ou algumas das etapas do PGTA, apresentar a(s) metodologia(s) correspondente às mesmas.

organização social e política, situação atual, conflitos e possíveis soluções;

4. A visualização espacial da apropriação do território, a priorização dos problemas e potenciais encontrados no diagnóstico e as propostas dos diferentes grupos para implementação do plano;
5. Listagem dos acordos comunitários estabelecidos e projetos de futuro que abarquem, minimamente, os seguintes aspectos:
  - Ocupação e uso da terra (lugares de moradia, lugares comunitários, lugares sagrados e de relevância cultural, etc);
  - Uso e manejo dos recursos naturais: caça, pesca, criação de animais, roças e/ou sistemas agroflorestais, uso e manejo dos recursos florestais (espécies madeiras e não-madeiras), manejo do fogo, rios e lagos, entre outros;
  - Vigilância, proteção.
  - Outras questões relevantes para o contexto local.
6. Propostas de ação e estratégias que serão adotadas para implementação, monitoria e acompanhamento do PGTA. As propostas de ação devem indicar responsáveis, metas e prazos na medida do possível.

É imprescindível que os PGTA apresentem, como produto final, mais do que uma descrição da situação atual e uma lista de demandas e necessidades socioambientais, econômicas, técnicas ou financeiras. O PGTA deve refletir as perspectivas indígenas sobre seus territórios, fortalecendo as práticas indígenas de gestão sustentável e conservação dos recursos naturais e seus projetos de futuro.

Ressalta-se que, apesar do processo de elaboração do plano ser rico em si, o PGTA tem como objetivo fundamental servir como instrumento de planejamento e gestão do território e do uso dos recursos pelos próprios indígenas que habitam cada TI, além de contribuir para a elaboração de políticas públicas, projetos e ações para terras e povos indígenas.

Neste sentido, revela-se a importância de garantir a representação efetiva dos diferentes grupos de moradores da Terra Indígena em todas as etapas de construção do plano. Além disso, é importante lembrar que os acordos e regras sobre a ocupação do território e o uso dos recursos naturais devem ser legitimados internamente, dentro de cada Terra Indígena, a fim de garantir sua implantação futura.